

---

## Training teachers to work on racism, prejudice and racial discrimination in early childhood education

### Formação dos professores para trabalhar as relações de racismo, preconceito e discriminação racial em educação infantil

Received: 2023-01-11 | Accepted: 2023-02-12 | Published: 2023-03-13

---

#### **José Carlos Guimarães Junior**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>  
Governo do Distrito Federal, Brasil  
E-mail: profjc65@hotmail.com

#### **Adão Rodrigues de Sousa**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7348-5876>  
Unopar, Brasil  
E-mail: adao.sousa@unemat.br

#### **Marttem Costa de Santana**

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8701-9403>  
Colégio Técnico de Florianópolis (CTF/UFPI), Brasil  
E-mail: marttemsantana@ufpi.edu.br

#### **Francisco Carneiro Braga**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4275-8122>  
Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá- Brasil  
E-mail: franciscocarneirob@hotmail.com

#### **Lívia Barbosa Pacheco Souza**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>  
Associação Educacional Salva Dor, Projeto Salva Dor (ONG).  
E-mail: [adm.liviapacheco@gmail.com](mailto:adm.liviapacheco@gmail.com)

#### **Hellygenes de Oliveira**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4143-0117>  
Universidade Estácio de Sá, Brasil Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil  
E-mail: hellygenes@hotmail

#### **Tarciana Cecília de Souza Ferreira**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9759-6952>  
Doutoranda em Educação - Estácio de Sá - UNESA.  
E-mail: tarciana.ferreira@prof.educ.rec.br

#### **Savio Lima Costa e Silva**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1495-3035>  
Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil Universidade Gama Filho, Brasil  
E-mail: engenheirosaviolima@gmail.com

---

### ABSTRACT

Early childhood education is absent from the legal regulations, so that there is an advance in an education free of racism, prejudice and discrimination. It is known that racism is a problem that permeates the Brazilian society, being present mainly in the school environment. With the enslavement of Africans, several myths about the supposed inferiority of blacks in relation to whites emerged as a way to show that they were and still are below whites. "Being white was considered a normal human condition, but being black required scientific justification" (Munanga, 1984). As a result, various prejudiced expressions were disseminated in the interaction between blacks and whites, leading to racial discrimination and racism. Even in early childhood education, it is important to be aware of racist practices, even if they often seem unconscious. Thus, the purpose of this article is to examine instances of prejudice and racial discrimination among young children in the context of early childhood education and the coping strategies used by teachers. Following a methodology based on qualitative research, using bibliographies, it brings the reader first-hand accounts from teachers about prejudiced and/or discriminatory situations involving young students in everyday school life.

**Key-words:** Racism; Prejudice; Racial discrimination; Teachers;

---

### RESUMO

A educação infantil está ausente da regulamentação legal, para que haja um avanço em uma educação livre de racismo, preconceito e discriminação, sabe-se que o racismo é um problema que permeia a sociedade brasileira, fazendo-se presente principalmente no ambiente escolar. Com a escravização dos africanos, vários mitos sobre a suposta inferioridade do negro em relação ao branco surgiram como forma de mostrar que eles estavam e ainda estão abaixo dos brancos. "Ser branco era considerado uma condição humana normal, mas ser negro exigia justificativa científica" (Munanga, 1984). Como resultado, várias expressões preconceituosas foram disseminadas na interação entre negros e brancos, levando à discriminação racial e ao racismo. Mesmo na educação infantil, é importante estar atento às práticas racistas, ainda que muitas vezes pareçam inconscientes. Assim, o objetivo deste artigo é examinar as instâncias de preconceito e discriminação racial entre crianças pequenas no contexto da educação infantil e as estratégias de resposta utilizadas pelos professores. Seguindo uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa, utilizando-se de bibliografias, traz ao leitor relatos de professores em primeira mão sobre situações preconceituosas e /ou discriminatórias envolvendo jovens alunos no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Racismo; Preconceito; Discriminação racial; Professores;

---

## INTRODUÇÃO

Sempre buscamos a aceitação da diversidade e o empoderamento das minorias. Mas apesar desse cenário de mudança, o preconceito ainda existe em todos os lugares, e a sala de aula não é exceção.

É fundamental ter em mente que em uma sociedade preconceituosa, praticamente todos acabam refletindo as injustiças da discriminação que permeia o cotidiano. É muito comum nas salas de aula, mesmo quando não é correto, comentários insultuosos sobre cor de cabelo, tom de pele ou outras características físicas, bem como outros comentários cheios de discriminação racial ou física.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é discutir situações de preconceito e discriminação que ocorrem rotineiramente na educação infantil, investigando como para minimizar a discriminação racial, é importante verificar como os professores de educação infantil são formados em relações raciais, bem como se sua formação inicial os ajuda a lidar adequadamente com essas questões. Isso inclui examinar como eles percebem a discriminação racial em sala de aula e como os alunos negros e brancos interagem uns com os outros.

Este estudo é importante porque mostra se os docentes da educação infantil trabalham ou não com as relações raciais e se possuem a formação necessária para tanto. Ou, se os educadores permanecerem calados enquanto essa questão se desenvolve, as vítimas de racismo que lecionam em salas de aula negras acabarão se sentindo marginalizadas e acabarão respondendo a essa violência com mais violência, sendo duplamente excluídas por educadores brancos – tanto pela cor quanto pela violência.

É fundamental que o professor esteja preparado para apoiá-lo na luta contra o preconceito racial existente em sala de aula. Ao fazer isso, os educadores negros e brancos trabalharão para mudar o estereótipo negativo da pessoa negra que permeou nossa sociedade, na qual eles são desvalorizados, denegridos e considerados sem importância. Em vez disso, promoverão o respeito pelas diferenças individuais, independentemente de raça, cor ou religião.

Entende-se que a escola é um ambiente de convívio com educadores das mais diversas culturas, raças e religiões, e que ali deve ocorrer o respeito mútuo e a valorização das diferenças, tanto raciais quanto culturais. Tudo isso é necessário para que ocorra um aprendizado efetivo e a formação de um cidadão crítico, consciente de seus direitos e deveres.

O preconceito racial é um problema na educação que precisa ser enfrentado com mais frequência, pois leva à violência, à opressão e à exclusão daqueles que o vivenciam. Esse problema deve ser abordado tanto nos programas de pós-graduação que formam educadores quanto nos cursos de formação continuada e oportunidades de desenvolvimento profissional.

Assim, a formação de um professor de qualidade e voltado para o tema contribuirá para que os estereótipos raciais deixem de existir nas escolas. Teremos uma educação de qualidade

para todos, sem excluir ninguém, se o professor tiver os conhecimentos necessários para intervir adequadamente quando os alunos se distanciam deles com atitudes preconceituosas e tiver consciência da importância de trabalhar com quem está ensinando esses assuntos.

## 1. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi elaborada através de levantamento bibliográfico realizado em livros, revistas e artigos especializados sobre o tema, e vendo que se trata do tema Formação de professores e preconceitos.

Uma das vigas mestras deste estudo é a pesquisa de cunho bibliográfico, e na interpretação de Gil (2019) e Zanella (2013), este tipo de caminho metodológico se mostra pertinente quando o pesquisador realiza consultas a materiais que anteriormente já versaram sobre as temáticas que integram a estrutura de uma construção textual ou investigação científica.

A abordagem do estudo é qualitativa, posto que a sua intenção é conhecer em que realidade social ocorrem os fenômenos observados no decurso de pesquisa (Minayo, 2013). Além disso, o estudo pode ser considerado como uma pesquisa exploratória. Neste sentido, Fontelles, Simões, Farias e Fontelles (2009) classificam as pesquisas exploratórias como aquelas em que o investigador executa para tornar-se mais familiarizado com a temática, buscando por meio da prática de pesquisa as relações existentes entre os conteúdos abordados. É também um estudo explicativo, o qual nos dizeres de Gil (2019) são aqueles em que o pesquisador busca por meio de seu trabalho entender o porquê determinado fenômeno acontece e as razões que corroboram para a sua existência.

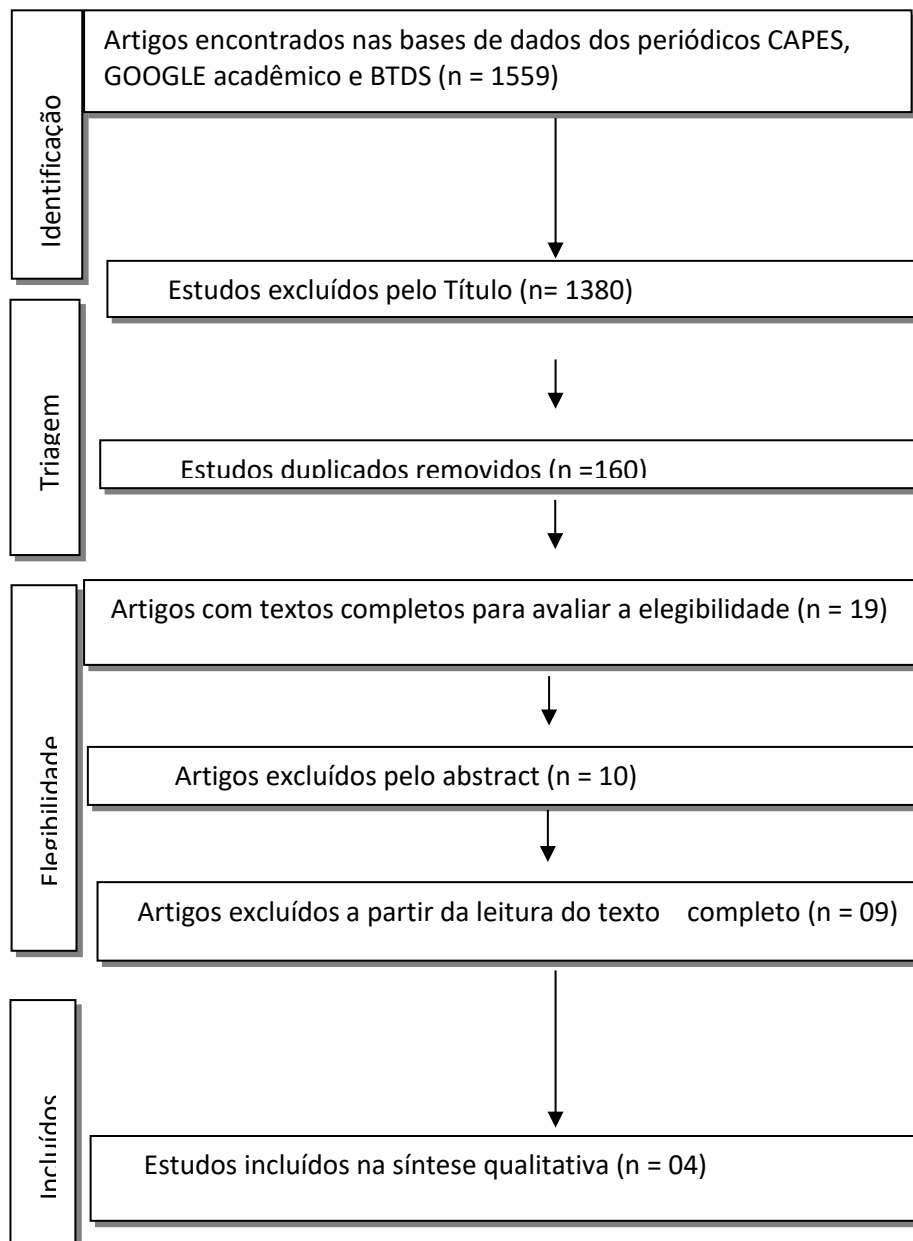
A operacionalização do estudo também abarcou a realização de um estudo multicase. Na interpretação de Triviños (2010), esta abordagem representa uma visão mais ampla do que aquela propiciada pelos estudos de caso (Yin, 2015). Para Soares, Inácio, Silva e Nascimento-e-Silva (2021; 2022), a realização de estudos multicase permite que uma investigação tenha como elementos de comprovação de hipóteses mais de uma perspectiva, o que propicia ao investigador uma visão mais holística a respeito das temáticas por ele pesquisadas. Os estudos foram selecionados na base de dados BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações no início do mês de maio de 2022, onde foi possível acessar o banco de dados de Teses, dissertações, monografias, artigos e materiais referente e disponíveis nesse banco de dados. Ainda assim, fez-se necessário a busca de artigos publicados nos últimos 5(cinco) anos, de forma que experiências mais contemporâneas pudessem ser estudadas e analisadas para a providência da escrita desse artigo.

Além dessas base de dados, realizou-se também um levantamento da literatura em maio de 2020, nas bases de dados Periódicos CAPES, Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados foram os seguintes: “TDAH; Sala de Recursos Multifuncionais” AND “alunos” AND “deficiências” AND “Multifunctional Resource Room” AND “Students” AND “Deficiencies” em todas as bases de dados.

Desse modo, foram selecionados 04 artigos sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: artigos, teses e dissertações nos idiomas inglês e português, nos últimos cinco anos, envolvendo dificuldades, alunos com deficiência e sala de recursos multifuncionais.

Os critérios de exclusão foram artigos de revisão de literatura

Figura 1 Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos trabalhos



## 1. Racismo, Preconceito e discriminação racial no espaço escolar

Entendemos que o racismo, o preconceito e a discriminação racial propagados por meio de práticas e atitudes impróprias causam danos irreparáveis aos indivíduos e que aqueles que se envolvem em tais comportamentos também sofrem os efeitos de suas ações. Mesmo sendo considerados sentimentos e comportamentos deploráveis, eles têm sido muito mais corriqueiros na sociedade brasileira do que poderíamos imaginar, mesmo no cotidiano escolar que espera passar despercebido. Isso porque o ambiente educacional é composto por uma grande variedade de disciplinas, cada uma com sua própria história, cultura e visão de mundo. O que não justifica preconceito racial, discriminação ou racismo.

O conceito de racismo é uma forma de preconceito e discriminação, baseada num termo controverso, que é visto como um conjunto de ideias pré-concebidas cuja principal função é enfatizar as diferenças biológicas entre brancos e negros, principalmente por acreditar na existência de grupos étnicos e raciais superiores e inferiores. Assim destaca-se:

O termo "racismo" refere -se a uma atitude hostil e implacável contra indivíduos ou grupos de pessoas cujas características físicas ou biológicas são consideradas "racialmente inferiores" e estão diretamente relacionadas às suas qualidades intelectuais ou morais. Surgiu no âmbito da sociedade ocidental do século XVIII, quando isso foi apoiado por pretensões científicas que tentaram explicar as diferenças humanas e justificar o domínio expansionista colonial europeu sobre os povos de outros continentes. A noção era que o poder sobre os outros não era o produto do acidente, mas sim o resultado de um processo que a ciência poderia explicar. (Borges, Medeiros, D'adesky, 2002, pp. 39/40).

O termo "racismo" refere -se a uma atitude hostil e implacável contra indivíduos ou grupos de pessoas cujas características físicas ou biológicas são consideradas "racialmente inferiores" e estão diretamente relacionadas às suas qualidades intelectuais ou morais. Surgiu no contexto da sociedade imperial do século XIX, quando foi apoiado por teorias científicas para explicar as diferenças humanas e justificar o domínio europeu sobre os povos de outros continentes durante a expansão colonial. A noção era que o poder sobre os outros não era o produto do acidente, mas sim o resultado de um processo que a ciência poderia explicar (Borges, Medeiros, D'adesky, 2002, p. 39/40).

Por muito tempo, o racismo foi propagado por canais científicos e religiosos como doutrina, que buscava submeter o negro a atos extremos de desumanização, segregação, tortura física e psicológica, entre outras coisas. Não importa quanto tempo tenha levado para o racismo ser construído histórica, social e culturalmente, segundo Santos (2005, p. 13), é simples para qualquer faculdade bem informada desmascará-lo.

O racismo é um comportamento ou ação que resulta da hostilidade em relação a pessoas que têm uma afiliação racial que pode ser vista por características externas como cor da pele, tipo de cabelo, formato dos olhos, etc. Ele é o resultado da crença de que existem raças humanas superiores e inferiores, que se tenta aceitar como a única e verdadeira

crença. Exemplo disso são as teorias raciais que serviam para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e discriminação racial. (Munanga, 2006, p. 58).

Pesquisadores como Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d'Adesky (2002), todos citados por Munanga (2006), afirmam que o racismo se manifesta de duas formas interligadas : no nível individual e no nível institucional. O racismo individualizado se manifesta como atos discriminatórios cometidos por uma pessoa contra outra, seja por meio de atos de violência e agressão, destruição de bens ou bens, ou mesmo assassinatos.

A institucionalização do racismo se manifesta por meio de atos sistemáticos de discriminação incentivados pelo governo ou com seu apoio velado, como a exclusão de pessoas de cor da sociedade e o isolamento dessas pessoas em bairros periféricos sem acesso à educação ou oportunidades de emprego. E até mesmo em livros educativos que retratam negros estereotipados e disformes ou apagam a história da população negra no Brasil.

Pode-se ainda observar o racismo institucionalizado na propaganda, propagandas, novelas e outras formas de mídia que retratam o negro como vivenciando uma história de opressão e discriminação. Tentam integrá-lo socialmente, ainda que em condições de risco e precariedade. Sempre em posições inferiores aos brancos.

Segundo Almeida (2019), um preconceito racial é um julgamento sobre indivíduos que são membros de um grupo racial específico que pode ou não levar a atos discriminatórios. Uma opinião formada sobre uma pessoa ou grupo de assuntos sem conhecimento prévio. Um julgamento arriscado e raso baseado em achismo e estereótipos. Um método que muitas pessoas usam para tentar minimizar a humanidade de outra pessoa é contrastá-la com base em suas características físicas, estéticas e culturais.

Já a discriminação racista é definida por Almeida (2019) como “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de um grupo racialmente identificado”. Em outras palavras, uma pessoa que é discriminada é tratada de forma diferente das outras pessoas ao seu redor, o que tem o potencial de se transformar em violência e ter efeitos negativos para ambos os lados. Para Silva (2001) a discriminação racial:

[...] é a manifestação efetiva de crenças racistas em comportamentos que restringem ou retardam o pleno desenvolvimento dos indivíduos pertencentes ao grupo - alvo e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador em detrimento desses participantes (Silva, 2001, p. 75).

Podemos perceber como o preconceito e a discriminação racial estão sempre ligados ao jeito de ser, pensar e fazer de cada um em relação a uma crença coletiva. Ela se manifesta nas relações institucionais e interpessoais de forma estrutural e sistêmica. Para combatê-los, é preciso empreender ações que reconheçam, valorizem e respeitem a diversidade étnica e cultural que



compõe a sociedade brasileira e a raça humana. uma tarefa que envolve todos, começando pelos mais jovens da sociedade. É importante ressaltar que:

O racismo, a desigualdade e outras formas de discriminação que ainda prevalecem na sociedade hoje superam qualquer tipo de discriminação que tenha suas raízes na educação. Para cumprir efetivamente seu papel de educadores, as instituições educativas devem se organizar como espaços democráticos de criação e difusão de conhecimentos e ideias voltadas para uma sociedade justa (Brasil, 2004, p. 14).

Apesar das evidências de discriminação racial que a pesquisa científica tem fornecido (Jaccoud; Beghin, 2002; Pinheiro et al., 2008; Telles, 2003), os brasileiros ainda têm uma forte crença de que o racismo não existe. Muitas vezes, professores atuais e aspirantes podem ser vistos compartilhando essa ideia.

## **2. As relações de racismo, preconceito e discriminação racial em educação infantil e o papel do professor como mediador para uma formação consciente das desigualdades**

Como resultado desse entendimento, as escolas têm a obrigação de promover uma educação antirracista que reconheça, respeite e valorize a diversidade cultural e racial. Precisa ser um lugar de desconstrução e não de reprodução do racismo (Araújo, Giugliani, 2014).

Esta é a educação que se espera que seja implementada nas instituições de ensino. Por ser um lugar onde a diversidade se manifesta e frequentemente interage em conflitos, é importante estar atento às instâncias de preconceito e discriminação racial dentro e fora dele. Como observa Cavalleiro:

Assim como outras instituições da sociedade, o sistema educacional brasileiro está repleto de comportamentos racistas, discriminatórios e preconceituosos que frequentemente resultam em um ambiente escolar cotidiano prejudicial ao desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, com destaque especial para aqueles pertencente à população negra (Cavalleiro, 2005, p. 68):

As instituições educacionais não estão isentas de racismo, discriminação e preconceito racial, pois são locais onde são transmitidos e/ou ensinados conhecimentos, como a cultura, por exemplo, e o civismo, entre outros.

Podemos dizer que se a escola, como outras instituições sociais, está repleta de situações preconceituosas e discriminatórias, principalmente contra os diferentes, Segundo Cavalleiro no artigo citado, espera-se que ela proporcione a todos os envolvidos no processo educativo uma atividade didática educacional que permita uma interação em que todos aprendam uns com os

outros. O papel da escola é mediar e resolver os conflitos que surgem em seu ambiente. Conflitos muitas vezes silenciados.

Uma perspectiva insuficiente sobre as atividades cotidianas da vida escolar dificulta a compreensão de relações harmoniosas entre adultos e crianças; negros, brancos e pardos. No entanto, esse elemento positivo torna-se contraditório na medida em que não existem livros, gravuras ou cartões infantis que expressem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira. Dessa forma, o ambiente educacional replica o paradigma vigente da beleza britânica/europeia nas interações sociais e nos canais de comunicação. A ocorrência desses eventos nas escolas também parece afirmar às crianças a superioridade do modelo humano negro (Cavalleiro, 2001, p. 145).

Por se tratar de uma das ferramentas de aprendizagem do aluno, o preconceito sobre a pele negra é predominante nos livros didáticos no ambiente educacional, o que é inaceitável e contribui para o racismo. Segundo Silva (2005), “na maior parte do tempo em um livro didático, a humanidade e a vida na cidade são retratadas por um branco de classe média”.

Não há muitos exemplos de negros, e os que existem tendem a mostrá-los reunindo sua inteligência para sobreviver, ou fazendo isso em uma posição de inferioridade. Como resultado, as crianças que veem essas imagens têm uma percepção generalizada de que todas as pessoas de cor negra são inferiores às pessoas de cor branca, uma vez que essas imagens não retratam pessoas negras em uma posição de distinção social.

Corroborando com isso a autora Eliane Cavalleiro afirma que a discriminação:

[...] Quando em certas condições sociais de suposta igualdade entre brancos e negros, fica evidente que um grupo é favorecido nas esferas social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão social do grupo, desconsiderando suas habilidades e conhecimentos (2005, p. 26).

Inúmeras escolas deixaram de valorizar a população negra e sua cultura. É comum entrar em uma escola e descobrir que não há nada que celebre ou homenageie a cultura negra ou a contribuição dos africanos para a história brasileira. Também é comum ver apenas a história da Europa no Brasil – dos colonizadores e vencedores – em muitos livros didáticos.

Ao longo da história, o Brasil desenvolveu um paradigma excludente que impediu milhões de brasileiros de acessar ou permanecer nas escolas. Os negros foram proibidos de frequentar as escolas por muito tempo.

A diversidade étnica, racial e cultural brasileira foi e ainda não é ensinada nas escolas. As instituições de ensino no Brasil continuam a ter uma realidade marcada por atitudes e declarações explícita ou implicitamente prejudiciais, racistas e discriminatórias em relação à população negra, historicamente impedida de ingressar ou permanecer nas escolas.

Uma das principais atividades e mecanismos de transformação de uma população é a educação, que é o papel da escola em uma sociedade democrática

, comprometida com a promoção da dignidade humana e o incentivo ao desenvolvimento de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as singularidades e características de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (Ribeiro, 2004, p. 7).

O Ministério da Educação (MEC) instituiu as Direções Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnicas e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana com o objetivo de corrigir injustiças, erradicar a discriminação e o racismo, promover a inclusão social e a comunidade para todos, com intuito de mobilizar toda a sociedade para democratizar a educação, ajudar os professores a reconhecer e compreender o racismo e buscar maneiras de apoiá-los em seus esforços para abolir as políticas e práticas escolares racistas.

De acordo com os Quadros Curriculares Nacionais (PCN), a escola é um espaço privilegiado de promoção da igualdade e da abolição de todas as formas de preconceito e racismo, uma vez que serve de ponto de encontro de pessoas de todas as origens raciais, religiosas e culturais.

Com a criação da Lei n. 10.639/03, pretendia contribuir para a erradicação do preconceito racial “[...] requisito para o ensino da história e cultura africana e brasileira em todos os currículos de escolas públicas e privadas (Brasil, 2008, p. 16).

Como resultado de leis como essas, levará pouco tempo para dissolver a distância entre negros e brancos, erradicar atitudes preconceituosas e construir uma sociedade mais igualitária, onde todos, independentemente de raça ou cor, sejam tratados igualmente e tenham os mesmos direitos. Portanto, a Lei 10.639/03:

“[...] sinaliza para um modelo educacional que priorize a diversidade cultural presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na sala de aula, de forma que ideias sobre reconhecimento, respeito à diversidade cultural, democracia e cidadania predominem em todas as relações que envolvem a educação e a comunidade escolar, desde o processo de desenvolvimento de políticas educacionais até o desenvolvimento de currículos escolares e a formação de professores para atividades, métodos e técnicas pedagógicas..” (Brasil, 2008, p. 16).

Para que a lei 10.639/03 alcance efetivamente um de seus objetivos, qual seja, auxiliar na eliminação do preconceito racial por meio da promoção da história e da cultura negra, é imprescindível que ela renuncie ao cargo e que isso seja feito em todas as escolas, que os instrutores se comprometam a realizar o trabalho como deve ser feito, levando os alunos a intensa reflexão, buscando reconhecer e valorizar a contribuição da comunidade negra para a cultura brasileira.

Outra barreira são as disputas religiosas, pois a moral e as crenças permeiam o cenário educacional e acabam influenciando atitudes preconcebidas de alunos ou professores em sala de aula. Ao discutir práticas religiosas afro-americanas como o macumbeiro, o termo "feiticeiro" é

frequentemente utilizado no discurso comum, o que reforça o preconceito e a discriminação contra os adeptos dessas práticas. Essas atitudes também são percebidas na educação infantil, pois as crianças que acompanham os pais aos candomblés enfrentam o preconceito de outras crianças ou mesmo de adultos de outras religiões.

Um incidente que chamou a atenção de um dos autores do estudo ocorreu durante a celebração do Dia Nacional da Folhagem em uma escola da comunidade. Uma auxiliar de professora vestida de baiana para entregar os acarajés que foram distribuídos pela escola. Uma aluna de cinco anos que sempre demonstrou apoio à assessora mudou de atitude ao vê-la vestida de baiana e disse a uma colega que não gostava de "macumbeira "

Essa postura provavelmente foi captada de um membro da família e replicada pela criança em um ambiente educacional. Também tive o incidente de duas crianças se recusarem a comer o acarajé porque, na opinião delas, a mãe não deixava.

Os PCN defendem uma educação centrada na comunidade que construa uma sociedade equitativa e inclusiva, livre de origem, raça, sexo, gênero, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Por isso, foram adotados os seguintes princípios com base na Constituição: a dignidade da pessoa humana, que repudia qualquer forma de discriminação; igualdade de direitos; participação e responsabilidade compartilhada na vida social. Segundo o PCN, para viver democraticamente é preciso respeitar as diversas etnias e grupos culturais que compõem uma sociedade pluralista como a brasileira.

Tanto na luta contra o racismo no Brasil quanto na possibilidade de formação de uma consciência sobre as disparidades raciais em nosso país, a formação acadêmica assume papel fundamental.

De acordo com Charles Taylor e cols. (1994), uma das principais estratégias de opressão de um determinado grupo é a ausência ou o reconhecimento injustificado de sua história.

Segundo o autor, o processo de construção da identidade é dialético; em outras palavras, a identidade de uma pessoa é desenvolvida por meio da interação com outros grupos sociais.

Nesse sentido, o indivíduo ou grupo pode realmente sofrer prejuízos se as representações a eles ligadas forem depreciativas. A falta de participação ou o reconhecimento injustificado pode se tornar a principal tática de exclusão de determinados grupos. No caso do Brasil, essa ausência pode ser percebida no desconhecimento da história da resistência dos povos negros e indígenas à opressão trazida pelo processo de colonização.

Nesse cenário, a formação acadêmica ganha destaque. Um professor que teve a chance de refletir sobre as questões que os negros e indígenas enfrentaram historicamente pode desempenhar um papel crucial na destruição dos estereótipos negativos que são tipicamente associados a essas pessoas.

Embora existam desafios, os professores não podem se recusar a defender uma educação antirracista que leve em consideração, respeite e valorize as culturas africana, afro-brasileira e

indígena enquanto trabalha para dissipar noções preconcebidas e atitudes discriminatórias sobre diferenças e diversidade. Comece olhando e refletindo sobre suas próprias crenças, valores e concepções.

Os programas de formação de professores de educação infantil devem possibilitar que eles criem experiências de aprendizagem em que as crianças possam aplicar adequadamente seus conhecimentos sobre as conquistas culturais e científicas de vários grupos étnicos e raciais, particularmente negros indígenas. E fazem isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro e outras linguagens que trazem à tona o conhecimento científico e as lutas e resistências desse povo. Sobre o trabalho de formação desenvolvido com os professores, Dias afirma:

São esses investimentos que criam novas ambiências nos espaços de educação infantil, criando ambientes mais saudáveis. As formas como os professores interferiram na transformação das percepções sobre a diversidade racial e étnica foram inúmeras e variadas .[sic]. Para promover a igualdade racial , esses objetivos foram alcançados tanto pelos participantes quanto pelos professores que optaram por não participar do curso . No entanto, eles foram inspirados a reconsiderar suas práticas. As crianças também participaram dessas transformações , percebendo que têm direitos como resultado da aplicação de novos conhecimentos técnicos e experienciais que podem ser potencialmente úteis na promoção de mudanças institucionais (DIAS, 2012, p. 191).

Mais especificamente sobre o impacto do programa de formação de professores nas crianças, o autor afirma:

Ao utilizar os ambientes de ensino-aprendizagem montados pelos professores, as atitudes de resistência das crianças negras e o desenvolvimento de uma nova percepção da população negra resultaram em processos ricos em que tanto os professores quanto as crianças negras vivenciaram profundamente o processo de empoderamento (Dias, 2012, p. 191).

Com base no ensaio, reiteramos o quanto é fundamental que a formação educacional, seja ela inicial ou continuada, contribua para compreender a singularidade do racismo brasileiro e desafiar o mito da democracia racial na cultura popular.

### **A importância da educação infantil no desenvolvimento da criança e na luta contra o preconceito e discriminação racial**

O desenvolvimento da criança é muito beneficiado pela educação infantil, pois por meio dela a criança aprende a explorar o mundo e suas possibilidades, estabelecer vínculos sociais, desenvolver seu senso de autonomia e aprender a lidar com suas emoções. Como tudo nessa fase

é uma experiência, um dos objetivos da educação infantil é proporcionar um espaço para a criança expressar seus sentimentos e valores.

As crianças são incentivadas a desenvolver e exercitar suas habilidades cognitivas, emocionais, sociais, físicas e motoras na escola por meio de atividades de lazer, jogos e outras atividades.

A esse respeito, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma que "na instituição da educação infantil, podem ser oferecidas às crianças condições para a aprendizagem que ocorre na brincadeira e aquela que resulta de situações pedagógicas intencionais ou de aprendizagem dirigido por adultos" (Brasil, 1998, p. 23) Dessa forma, são proporcionadas descobertas, investigações e experimentos, possibilitando que as crianças se desenvolvam plenamente.

É importante lembrar que a educação infantil é a primeira fase da educação básica, e está dividida da seguinte forma: creche - crianças de 0 a 3 anos e 11 meses; pré-escolar - crianças dos 4 aos 5 anos e 11 meses. De acordo com o artigo 29 da Lei Nacional de Educação (LDB), a educação tem como objetivo primordial "o desenvolvimento integral da criança em todos os seus domínios físico, psicológico, intelectual e social, complementando o envolvimento familiar e comunitário"(Brasil, 1996)

É a primeira interação da criança com o ambiente escolar, o ponto em que ela começa a interagir com outras pessoas fora do ambiente familiar no qual ela foi usada anteriormente. Com base nisso, compreendemos que a educação infantil é um período crucial para as crianças, pois deve ser um local que acolha todas as pessoas sem distinção de qualquer natureza.

Diante da faixa etária que atende essa etapa de ensino, acredita-se que práticas racistas e preconceituosas não ocorram. No entanto, um exame mais atento revela que esses comportamentos são generalizados e, na maioria das vezes, passam despercebidos na vida escolar e que impactam diretamente na aprendizagem dos pequenos (Araújo, 2011)

Devemos compreender que "o desenvolvimento da identidade de um indivíduo começa na infância e será influenciado por todas as referências que ele for traçando ao longo de sua história, sejam elas positivas ou negativas"(Mariosa; Reis, 2011) Assim, é importante acessar referências que apoiem e elevem a própria cultura e afiliação étnica e que sejam percebidas positivamente. Os educadores que ali atuam, principalmente os professores, precisam entender que:

Toda linguagem não verbal utilizada em ambientes educacionais transmite valores que são claramente prejudiciais e discriminatórios por meio de padrões de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras pistas sociais, comprometendo o conhecimento da comunidade negra (Cavalleiro, 2010, p. 84).

Na educação infantil, os casos de preconceito e discriminação racial geralmente assumem a forma de expressões ofensivas que se concentram principalmente nas partes do corpo da criança. As características físicas de uma criança, como o cabelo, o nariz e os lábios, são evidentes. Características que tornam o negro alvo de nomes pejorativos, xingamentos e humilhações (Araújo, 2011).

As questões relacionadas às relações raciais devem ser abordadas desde a educação infantil, pois é nessa fase que se inicia o desenvolvimento da criança. Assim, tanto as crianças negras quanto as brancas começam a adquirir os conhecimentos necessários para lidar com essas situações preconceituosas, tanto na escola quanto na sociedade.

Por meio da formação docente, será mais fácil para os professores enfrentar as atitudes racistas quando elas surgirem em sala de aula, sejam elas explícitas ou implícitas, a fim de fazer a intervenção adequada e afastar todo e qualquer preconceito racial que possa surgir (Santos, 2007).

## **Conclusões**

O presente estudo sobre como os educadores infantis são formados em relação às relações raciais foi de extrema importância para o nosso desenvolvimento profissional e pessoal, pois foram adquiridos diversos conhecimentos sobre o tema.

Na maioria das vezes, o racismo se manifesta nas diversas esferas da vida da sociedade por meio de crenças preconceituosas e/ou atitudes discriminatórias. Isso inclui escolas. Um problema não resolvido e sem uma solução clara. Há muito a ser considerado ao desenvolver iniciativas para engajar e promover a diversidade racial e cultural dentro e fora da sala de aula.

O preconceito e a discriminação racial são criados pela sociedade em que vivemos e, para erradicá-los, devemos estimular ações colaborativas. Isso pode ser feito dentro da escola, desenvolvendo toda a comunidade escolar e ensinando os alunos a se colocarem no lugar dos outros e perceber que, apesar das diferenças, somos todos seres humanos que merecem respeito. Reconhecemos que a educação oferece a possibilidade de uma ação educativa e socialmente transformadora, ao invés de ser causadora de injustiças sociais. Portanto, é responsabilidade de todo sujeito lutar por justiça social e igualdade de direitos.

Situações que envolvem noções preconcebidas obscurecem a identidade e as origens, e mudar isso não é uma tarefa fácil, pois as pessoas imersas no cotidiano moldado por essas ideologias precisam entender que a sociedade é formada por diversos seres humanos e que essas diferenças devem ser respeitadas para que a vida funcione.

Cabe ao professor atuar como mediador, fazendo com que essas diferenças diminuam e, idealmente, desapareçam. Devemos apoiar as ações positivas de nossos alunos, trabalhar sua autoestima e promover uma cultura de paz e justiça social. Com a disseminação de atitudes de orgulho por pertencer a outras etnias, os alunos têm mais facilidade de se identificar como negros ou indígenas quando sua autoestima é restaurada.

Para que a educação antirracista seja eficaz no cotidiano escolar, é necessária uma mudança nas atitudes e crenças racistas. Por isso, a escola deve levar em conta a diversidade étnica e cultural que compõe a nação brasileira e a raça humana em seus currículos e ações educativas.

Os, educadores e educadoras, precisam estar atentos à diversidade de culturas presentes no cenário educacional e entender que o engajamento nas discussões sobre questões raciais deve envolver todos, não apenas os professores que estão comprometidos com o tema da etnia e diversidade cultural.

E por último, como já foi dito, as atitudes e comportamentos racistas prejudicam as crianças e têm um impacto negativo irreparável no seu desenvolvimento. Assim, a escola tem um papel fundamental na implementação das leis 10.639 / 03 e 11.645/08 e na educação antirracista.

É responsabilidade da sociedade como um todo se manifestar contra o racismo e a discriminação contra indivíduos e grupos. O comprometimento de todas as pessoas é fundamental no combate às atitudes e comportamentos racistas, machistas, machistas e outras formas de opressão que permeiam a sociedade brasileira.

E assim, deixamos esse material para que novos estudos possam ser aprofundados de forma que possam analisar todas as situações que os professores e os agentes formadores possam enfrentar.



## REFERÊNCIAS

Almeida, Silvio L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

Araújo, Jurandir A. O trato pedagógico dispensado pela escola da Educação Infantil a diversidade étnica e cultural que frequenta o seu espaço. XX EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. Anais... Manaus, UFMA, 2011.

\_\_\_\_\_, J. de. A; Giugliani, B. Por uma educação das relações étnico-raciais. # Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

Borges, Edson; Medeiros, Carlos Alberto; D'adesky, Jacques. Racismo, preconceito e intolerância. São Paulo: Atual, 2002.

\_\_\_\_\_, Jurandir d.A.. A efetivação da Lei 10.639/03 na percepção dos militantes/ professores negros baianos. Disponível em: Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 3, p. 216-232, 2015.

Brasil. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volume 1. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998

Cavalleiro, Eliane d.S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: Ministério da educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

\_\_\_\_\_, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. 6. ed. São Paulo: Summus, 2010.

\_\_\_\_\_, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: Cavalleiro, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

Dias, Lucimar R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres. In: BENTO, Maria A. S. (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT, 2012. p. 178-193.

Jaccoud, Luciana d.b; Beghin, N. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

Mariosa, Gilmara S; Reis, Maria d.g.dos. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. Est. Literária, v. 8, p. 42-53, dez./2011.

Munanga, K. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. Temas IMESC. São Paulo: Soc. Dir. Saúde, 1984.

\_\_\_\_\_ O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

\_\_\_\_\_ (org.). Superando o Racismo na Escola. 3 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

Minayo, Cecília d.S. O desafio da pesquisa social in minayo, Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópoles: Vozes, 2015.

Taylor, Charles et al. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

Santos, Joel R.dos. O que é Racismo. São Paulo: Braziliense, 2005. (Coleção primeiros passos).

Silva, A. C. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. 2. ed. Salvador: Edufba, 2010.

Silva, M.a. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: Cavalleiro, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

Zanella, Liane C. H. Eleonora M.F.V. and Marialice M.. Técnicas de pesquisa. 2013.

"Trivinos, A.N.S.. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, Fenomenologia ou Marxismo." Formação (Online) 1.20 (2013).

YIN, R. K. Estudo de Caso-: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.